



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

16 DE FEVEREIRO de 2024



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

16 DE FEVEREIRO DE 2024

No dia 16 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta da ata em minuta no final da reunião;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de acordo quanto à forma de imputação, em 2024, das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios Associados;
- 4) Proposta de aprovação no montante mensal a transferir para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central;
- 5) Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração Orçamental, nos termos do artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2024);
- 6) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 7) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 8) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 9) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais;
- 10) Proposta de aprovação da assunção de Encargos Plurianuais decorrentes do plano de reembolso relativo à Candidatura ALT-07-1203-FEDER-000084, referente à Eficiência Energética na iluminação pública do Concelho de Viana do Alentejo;
- 11) Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, agradecendo a presença de todos. ----

O Primeiro-secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- ✓ Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- ✓ Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeira secretária
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário
- Vítor Miguel Lôpas Fialho



- José Jacinto Bento Grave
- António Manuel Dimas Grosso
- Paula Alexandra Mendes Maurício
- José Fernando Nazaré Pereira
- Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes
- Manuel Jorge de Matos Rafael
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- Cecília Isabel Pinto Lopes
- João de Deus Carapeto Fialho
- Ricardo Filipe Malagão Soldado
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

O membro Sara Patrícia Galega Rodrigues, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

-

O membro Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. -----

O membro Bernardino António Bengalinha Pinto, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo José Fernando Nazaré Pereira. -----

O membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas. O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. ---

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes o Senhor Vereador António Costa da Silva, a Senhora Vereadora Sara Grou e a Senhora Vereadora Rita Rafael. -----

-

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----



Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação a ata relativa à sessão ordinária de 8 de setembro de 2023. Perguntou se todos tinham tido tempo de a ler e se havia questões a colocar sobre a mesma. -----

Usou da palavra o membro Nuno Grave que se referiu à hora tardia em que o documento chegou, cerca da meia noite, pelo que acreditava que a maioria dos membros não tivesse tido tempo de fazer a leitura de um documento com mais de trinta páginas. -----

-
Assim, disse que não sabia se valeria a pena votar aquela ata e propôs que o ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, dando, assim a oportunidade aos membros de a lerem, atentamente, e votada depois na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse “não ter nada contra esta proposta do Partido Socialista” e colocou o assunto à consideração de todos.

Havendo concordância por parte de todos os membros, decidiu-se não apreciar a ata naquela sessão, passando a mesma para a sessão ordinária a realizar no próximo mês de abril. -----

Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia deixou a indicação de que tinha recebido um e-mail à hora que todos receberam (no final do dia), com a informação da disponibilização quer da ata quer da Informação sobre a Atividade da câmara. Contudo, ao abrir o Link enviado com a referida documentação, verificou que a mesma não estava disponível. Explicou, depois, que no dia seguinte, em conversa com a Técnica Salomé Pires, tinha sido informado que, para os serviços, todo o processo tinha corrido, normalmente, com a inclusão dos documentos, mas devido a falhas informáticas que estavam a acontecer no Município, os documentos não ficaram imediatamente disponíveis. Durante a manhã, voltou a verificar e os documentos já se encontravam disponíveis para consulta. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia deixou um agradecimento aos técnicos e técnicas municipais que se encontravam a dar apoio àquela sessão e, naquele dia, com a equipa, particularmente, reforçada. -----

Disse, ainda, que a convocatória para aquela sessão tinha sido enviada pelos meios habituais e também pela nova Plataforma de Gestão Documental – Gestiona que o Município estava a implementar nos serviços, nos quais está incluído o órgão Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia transmitiu que o Município estava em fase de aplicação desta nova Plataforma nos serviços municipais, por conseguinte, no futuro, o envio das convocatórias para as sessões da Assembleia Municipal passaria a ser feito por este meio, razão pela qual a equipa de técnicos estava reforçada -----

Verificou-se a intervenção do Senhor Presidente da Câmara que reforçou as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, no que se refere à falha informática ocorrida aquando do carregamento dos ficheiros em causa, e explicou que esta situação se deveu às atualizações informáticas que estavam a decorrer no momento, as quais resultaram em ficheiros em duplicado. -----

Continuando no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu



a palavra ao membro Celeste Patinhas que se referiu à informação que lhe chegou, por parte de vários munícipes, acerca de várias azinhagas em Viana e Alcáçovas que se encontravam em “estado lastimável” – disse. Este membro especificou que esta situação, em relação à freguesia de Viana, se refere à zona da Quinta do Duque e à Estrada da Quinta de Santa Maria, a qual necessita, urgentemente, de uma recuperação. Os acessos de terra batida, junto ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, estão também “cheios de buracos” - afirmou. -----

A questão que colocou foi se havia algum plano para uma intervenção que pudesse resolver estes problemas. -----

Em seguida, o membro Marília Rasquinho interveio e perguntou em que fase estavam as obras do Centro de Saúde, tendo em conta que tinha havido uma reunião no seu local de trabalho, e tinha surgido aquela questão, à qual ninguém tinha sabido responder, mas que sabiam que as obras estavam a cargo do Município. -----

Seguidamente, usou da palavra o membro Manuel Rafael, que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu-se ao início da Primavera que não tardava em chegar e que se podia constatar que os espaços de lazer e de contacto com a natureza se mantinham, com os problemas que se arrastavam desde os últimos tempos. -----

Disse que “era da mais elementar justiça” referir que na Quinta da Joana tinha sido realizado um esforço para lhe ser devolvida alguma dignidade, porém, era, manifestamente, insuficiente o pequeno curso de água, que era um elemento importante no seu conjunto, o qual já tinha posto a funcionar e “muito bem”, mas apenas “por meia dúzia de dias” – afirmou. -----

O Circuito de caminhada ou corrida, conforme o caso continua a degradar-se a olhos vistos.

Assim, este membro colocou as seguintes questões, relativamente ao assunto em causa:

- 1) Qual o motivo ou motivos que impedem o curso de água da Quinta da Joana de estar a funcionar em pleno?
- 2) O circuito vai beneficiar de melhoramentos? Se sim, quando?

Continuando a sua intervenção, o membro Manuel Rafael referiu que as máquinas de exercício de reforço muscular, assim como as estações existentes ao longo do percurso, encontravam-se, algumas delas, bastante degradadas e a exigir alguma atenção, ao nível da manutenção ou mesmo da substituição integral. -----

-----Neste sentido, perguntou se estaria prevista alguma intervenção nesta área e se sim, quando?

O membro Manuel Rafael referiu também que se constatava que os Parques Infantis do Concelho, incluindo o Parque Infantil da Quinta da Joana, continuavam em “franca degradação”, não só os equipamentos que os integram, mas também os pisos que os suportam. Por se encontrarem desnivelados, originam, por vezes quedas, colocando em risco a saúde das crianças que os utilizam, sempre que o tempo o permite. -----

Perguntou o membro Manuel Rafael se o executivo pretendia intervir os Parques Infantis do Concelho. Se sim, quando? -----



Reportando-se, em seguida, às obras de Requalificação da EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, disse que importava referir que a gestão daquele processo tinha sido bastante reveladora da incapacidade do executivo em permanência de gerir obras e dinheiro. Neste contexto, disse que, durante o ano anterior, o Senhor Presidente nunca se tinha mostrado verdadeiramente preocupado com o ritmo das obras e que bastava ser capaz de fazer umas contas simples, para perceber que era impossível a obra estar finalizada em dezembro de 2023.

Em julho de 2023, o Auto de Medição indicava que 20% da execução, estando a meio do prazo, implicaria estar, mais ou menos, a 50%. Seria mais do que evidente que esse ritmo, as obras não estariam concluídas no prazo definido. -----

-----Este membro disse que o que mais “surpreendia ou não” tinha sido a forma “leviana” ou a incapacidade para perceber que seria impossível a obra estar concluída em 2023. -----

Disse, ainda que, desde o ano passado, não eram conhecidos Autos de Medição, sendo, por isso, impossível aferir a evolução da requalificação, naquele momento. -----

Relembrando as palavras do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, realizada em dezembro de 2023, a sua previsão para a conclusão de tais obras, apontava para daí a três ou quatro meses. Assim, o membro Manuel Rafael questionou se estas estariam prontas até ao início do próximo Ano Letivo ou se só estariam concluídas em 2025-----

Ainda na sua intervenção, disse que o Empréstimo, no valor de 800,000, 00€ (oitocentos mil euros) tinha sido autorizado na reunião de Câmara de 30 de novembro de 2022. Passado mais ou menos um ano e meio, o processo não foi aprovado. Como é possível? – perguntou. -----

Em agosto de 2023, o processo tinha sido reiniciado e, desde aí, já tinham passado mais seis meses e a última informação que tinham era que, naquele momento, se estava a responder às questões do Tribunal de Contas. -----

O membro Manuel Rafael lembrou que o Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2023 tinha dito o seguinte: -----

“O Tribunal de Contas, em dois dias, respondeu-nos” -----

Desta forma, este membro perguntou por que razão, passados 15 meses, “continuava tudo na mesma” e se se iria conseguir contrair o empréstimo antes do fim da requalificação. -----

Ainda no uso da palavra, disse que como forma de remendar a incapacidade para obter o empréstimo a longo prazo, o executivo em permanência tinha enveredado por uma tentativa de obter um empréstimo de curto prazo, embora dispensando o Visto do Tribunal de Contas requer condições muito especiais para ser contraído. Existem Acórdãos do Tribunal de Contas que definem que os empréstimos a curto prazo, só podem ser utilizados para antecipação de receitas certas. -----

Assim, estaria a cometer-se uma ilegalidade e, em boa hora, os Vereadores da oposição contrariaram esta gestão, que poderia ser desastrosa – disse. -----

-Voltou a sublinhar que, em 15 meses, foram incapazes de obter o empréstimo, para o qual



tinham autorização e depois tentaram resolver através de uma situação, que não é permitido fazer. -----

O membro Manuel Rafael disse que o Senhor Presidente tinha afirmado que os 370 mil euros que tinha gastado no imóvel em ruínas, não lhe iriam fazer falta, mas, que naquele momento se verificava que precisava urgentemente de um empréstimo bancário. “Isto era bem revelador da falta de visão estratégica e da incapacidade para a gestão dos dinheiros públicos”. – afirmou. -

Disse este membro que, se era assim com um processo que vinha do anterior executivo, em que bastava executar e gerir de acordo com as condicionantes que se vão encontrando, seria de imaginar o que iria acontecer com o Bairro das Casas Pré-Fabricadas, um “elefante branco”, como o Senhor Presidente o tinha classificado. Era preciso esclarecer que o elefante branco era um presente envenenado” e que se o Senhor Presidente assim o considerava, a população de Aguiar estaria muito mal servida – disse. -----

-----Infelizmente, pelo “andar da carruagem”, previa que seria um projeto que não iria ser concretizado, desperdiçando-se, desta forma, a oportunidade única e 2,5 milhões de euros com claro prejuízo da população de Aguiar. Perante a sucessão de indecisões e de atrasos, nem valia a pena questionar sobre o estado atual daquele processo. -----

A terminar a sua intervenção, o membro Manuel Rafael disse que, para quem criticava enquanto oposição, apenas se poderia esperar muito obra, muitos projetos e um salto qualitativo do Concelho. “Pura desilusão! O tempo mostrou que a montanha pariu um rato”. --

Prestes a completar dois anos e meio de mandato, portanto, mais de metade do mandato, contactam-se apenas as incontáveis dificuldades e enorme incapacidade para dar continuidade às obras e aos projetos herdados do anterior executivo. -----

“Se não é fácil, claro que não, tal como não era para o anterior executivo, numa conjuntura também ela muito complicada.” Essa foi a razão, pela qual as obras não foram concluídas nos prazos previstos. “Sobre projetos realmente novos e obra que se veja, estamos falados, um deserto de ideias e projetos que não são mais que miragens” – afirmou. -----

Este membro disse, ainda, que o Concelho de Viana do Alentejo estava em “modo pausa, fazia lembrar os antigos sinais de autocarro”, que apesar de já não servirem para nada, como era o caso da estação de Viana, “continuavam lá só porque sim”. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas e começou por se referir ao assunto das azinhagas, que tinha sido abordado pelo membro Celeste Patinhas. -----

Disse o Senhor Presidente que, nesta altura do ano, com chuvas e temporais “quem tiver azinhagas ou zonas térreas sem buracos e que não haja ervas grandes, que atire a primeira pedra”. -----

Neste momento, não “havia Concelho ou Freguesia que não tivesse ervas grandes e buracos nas azinhagas” -disse. Acrescentou que, ainda assim, o Município estava a arranjar várias azinhagas no Concelho. -----

-----Em resposta ao membro Marília Rasquinho, o Senhor Presidente disse que as obras



inacabadas do Centro de Saúde de Viana, não faziam parte de nenhum projeto político, foram contactos feitos posteriormente e com sucesso. Relembrou os Senhores Vereadores que tinha havido uma reunião de Câmara que tinha sido interrompida por causa de um telefonema do Senhor Ministro da Saúde, cuja intenção era perguntar que valores estavam previstos para um possível acabamento “dessa fase do Centro de Saúde”. Afirmou que aquela “parte” estava por terminar desde a conclusão do Centro de Saúde. -----

Nessa conversa com o Senhor Ministro, o Senhor Presidente referiu que tinha explicado que não havia projeto para aquela obra, pelo que não iria adiantar nenhum valor, sob pena de estar errado. Contudo, mesmo com um prazo curto para avaliar esta situação e com grande esforço dos técnicos, conseguiu-se fazer um levantamento do valor aproximado do que seria necessário para acabar a obra, o qual rondava os 700/750 mil euros-disse. -----

-----Disse o Senhor Presidente que, mais tarde, tinham tido a “boa notícia” que teriam 900 mil euros disponíveis para terminar as obras do Centro de Saúde. -----

-----Quanto ao projeto de arquitetura, disse que o mesmo se encontrava, praticamente, finalizado, tendo-se aproveitado uma parte do que já estava feito. Mesmo não se fazendo grandes alterações, os projetos têm “direitos de autor”, pelo que houve necessidade de se tratar dessa parte. Referiu, ainda, que o Arquiteto da Câmara estava a trabalhar no projeto e que quando estivesse concluído, passar-se-ia para a parte da engenharia. Esta candidatura terá de ser submetida até 29 de março-disse. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Manuel Rafael e disse que, nesta altura do ano, nem o atual executivo, nem o anterior, nem nenhum outro conseguiriam manter o espaço limpo de ervas. Apesar disso, nos últimos meses, a “Quinta da Joana tem dado cartas, como não dava há muitos anos porque “está limpa e arranjada”. Tinha havido um problema com o contrato feito com a empresa que tratava daquele espaço. Esse contrato tinha sido feito pelo anterior executivo, no valor de 2.400 euros mensais e “as pessoas apareciam lá de três em três meses”, a última vez estiveram seis meses sem aparecer e foi-lhes feito “um ultimato”, que até funcionou bem - afirmou. -----

Despois disso, disse o Senhor Presidente que a Quinta da Joana tem estado “muito bem-apresentada”. Na parte do circuito, havia algumas ervas porque “as pessoas não tinham o compromisso de estar ali todos os dias” e que, efetivamente tanto o circuito como as máquinas de ginástica precisavam de reparação, mas que seria só na primavera, não nesta altura em que ainda se esperavam muitas chuvas. Fazer esse trabalho agora, seria deitar “dinheiro para a rua”, coisa que a má gestão desta Câmara não fazia” -disse. -----

Em relação aos Parques Infantis, o Senhor Presidente adiantou que estavam “no Setor de Compras” para serem lançados os concursos. Tinham sido feitas as Consultas Prévias, como era habitual, e o levantamento do que era necessário. -----

Relativamente à EBSIS e à “incapacidade”, disse não saber a quem é que o membro Manuel Rafael se referiu, se ao atual executivo, se ao executivo anterior. Este era para ter terminado a escola em 2021, pelo que, quando ele “entrou para a Câmara, já não teria aquelas



preocupações”. Assim, certamente, que não estaria a falar do seu executivo porque ele “tinha chegado a dizer ao empreiteiro que com o projeto que estava a ser feito, ele não iria à inauguração porque seria uma vergonha, tendo em conta o chão de corticite levantado, que não era para ser substituído, canalizações podres, que também não eram para ser substituídas, alumínio com puxadores e vidros partidos, que não eram para ser substituídos”. Quanto à parte elétrica, não havia ninguém que assinasse o Termo de Responsabilidade. -----

Por tudo isto, houve necessidade de se fazer um projeto novo, que só a parte elétrica chegaria aos 200 mil euros, valor esse que não constava do projeto. -----

-Por isso, “não sabia onde estava a incompetência e incapacidade de gestão do executivo” – disse. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu também que, se naquela reunião fossem aprovadas as alterações ao Orçamento, só em trabalhos complementares chegar-se-ia aos 800 mil euros. Estes eram trabalhos que não estavam previstos e se não houvesse mais situações desagradáveis, quando estivesse concluída, chegaria perto dos 4 milhões de euros – acrescentou. ----- Neste contexto, o Senhor Presidente da Câmara voltou a questionar onde estava a incompetência, quem tinha “esbanjado dinheiro” e quem não tinha sido capaz de gerir uma obra que, por muito que custasse atingiria 1 milhão e 700 mil euros. -----

Em relação à explicação sobre os empréstimos, o Senhor Presidente solicitou a presença do Dr. Jorge Pinto, para esclarecer a parte técnica deste assunto. -----

No uso da palavra, O Dr. Jorge Pinto cumprimentou os presentes e referiu-se a dois momentos muito agradáveis que tinha tido, naquele dia, no Concelho de Viana do Alentejo. -----

-Partindo dos episódios relatados, elucidou sobre a questão técnica deste assunto, afirmando o seu respeito pela forma democrática como os órgãos funcionavam. -----

Em seguida, pediu desculpa a quem se tinha referido ao empréstimo, mas, antes de iniciar a sua explicação, tinha de referir que “tinha sentido que a sua deontologia e conhecimentos tinham sido postos em causa”. -----

Tal como tinha sido citado, na leitura de um dos muitos Autos do Tribunal de Contas, que “os empréstimos de curto prazo, entre outras condições, carecem de ter a certeza de ter receitas certas, no futuro, que o permitam pagar no exercício.” Os empréstimos de curto prazo, não estando sujeitos a visto, tem de ser pago até ao dia 31 de dezembro do respetivo ano –disse. --

-Continuando a sua intervenção, o Dr. Jorge Pinto contou que tinha dado assessoria numa Câmara Municipal, onde ainda prestava serviços, e tinha alertado o Senhor Presidente da Câmara em questão, assim como todos os Vereadores que, pelo o facto de não terem “tido em atenção os seus avisos, todos os que não votaram expressamente na Conta de Gerência, tendo em conta que havia um empréstimo de curto prazo, que tinha transitado do mandato anterior, iriam ser multados pelo Tribunal de Contas. -----

-



O Senhor Presidente da Câmara, em maioria e na sua legitimidade, considerou que havia outras prioridades e não pagaram o empréstimo. Mesmo depois da Câmara ter mudado de forças políticas, aquele Presidente e seus Vereadores foram todos multados pelo Tribunal de Contas.

O Dr. Jorge Pinto, destacou a experiência e a integridade da POCALENTEJO - Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação, Lda, pelo que reforçou o sentimento de desagrado pelo facto de a sua deontologia profissional ter sido posta em causa porque tinha sido afirmado que o “empréstimo de curto prazo não estava sustentado em receitas futuras certas”. De forma a exemplificar este assunto, reportou-se a uma situação ocorrida numa Câmara Municipal que, à semelhança da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, não aprovou o Orçamento. O Presidente daquela Câmara recorreu ao Tribunal Administrativo, dizendo que a Lei referia que a reprovação de um Orçamento carecia de fundamentação e a sentença do Tribunal tinha sido exemplar porque disse que a fundamentação e a legitimidade política democrática era elemento suficiente para reprovar um Orçamento. Não eram as questões de natureza técnicas que deviam ser invocadas para aquela posição – afirmou. -----

Até a essa altura, disse que também acreditava que os aspetos técnicos deviam prevalecer e que, a partir daí, tinha aprendido com o Tribunal Administrativo de Castelo Branco que a legitimidade política era fundamento suficiente. -----

Referindo-se à intervenção que tinha sido feita naquela Assembleia, sublinhou que tinha sido dito que “aquele empréstimo era ilegal porque não estava sustentado em receitas previstas e certas”. Contudo, pelos motivos que todos conheciam, não só em Viana do Alentejo, mas em muitos Municípios deste país, a regra geral do quadro Portugal 2020 dizia que os projetos que não estivessem concluídos até 31 de dezembro” caíam”, correndo o risco da parte restante ter duas situações. Por um lado, a partir de 1 de janeiro de 2024, Câmara Municipal teria de suportar o resto das obras e ainda com a premissa que está escrita pela União Europeia porque caso não se concluíssem as obras, corria-se o risco de ter de devolver o dinheiro que já se tinha recebido –disse. -----

O governo Português “tinha feito bem” porque, face às anormalidades que existiam na economia Portuguesa, convenceu a União Europeia que esta “cláusula de devolver o dinheiro não ficasse vincada” e fez bem também o facto de ter convencido Bruxelas que no quadro Portugal 2030, o caso especial das escolas prioritárias seriam enquadráveis no naquele Programa, desde que reunissem três condições: -----

- 1) Estarem na lista das escolas prioritárias do país, que foram aprovadas pelo governo e consensualizadas em sede da Associação Nacional de Municípios, embora com protesto de muitos Presidentes que não viram os seus Concelhos com escolas prioritárias; -----
- 2) O investimento tinha de ser superior a 1 milhão de euros; -----
- 3) Tinha de respeitar todas as regras ambientais energéticas até àquele momento. -----



O Dr. Jorge Pinto afirmou que a Escola de Viana do Alentejo reunia estas condições e não tinha sido concluída. Existia o compromisso e a palavra de honra do governo Português, que apesar de estar em gestão, assumiu que as escolas que respeitassem estas condições, seriam incluídas no Portugal 2030. Contudo, só podiam vir a ser incluídas quando o período de candidaturas fosse aberto, o que ainda não tinha acontecido e não se sabia quando isso iria acontecer. -----

Neste sentido, referiu que, quando propôs ao Senhor Presidente da Câmara que fosse contraído um empréstimo no valor de 800 mil euros, foi com a certeza de que o governo Português “honra os seus compromissos” e que no exercício de 2024, a candidatura seria aberta. A Câmara de viana reunia todas as condições para garantir o pagamento do empréstimo-disse. ----

Sobre este assunto, acrescentou que havia duas soluções, ou a obra parava ou se “encontrava dinheiro” para a Câmara continuar a cumprir os seus compromissos, até que fosse recebida a receita certa do compromisso da entrada da Escola no Portugal 2030. -----

O Dr. Jorge Pinto, no uso da palavra, disse também que, na reunião pública de Câmara em que tinha participado online, tinha tido “a ousadia de mandar uma carta para cima da mesa”, a qual tinha sido compreendida pelos cinco eleitos da Câmara Municipal e na sua legitimidade política, nenhum deles quis “pegar na batata que ele tinha posto em cima da mesa”. Neste âmbito, sugeriu que fosse lida a ata da referida reunião para que se percebesse o que ele tinha colocado em cima da mesa, quando compreendeu que o empréstimo de curto prazo, no valor de 800 mil euros, não iria ser aprovado. -----

No que diz respeito ao empréstimo de Médio e Longo Prazo de 20 anos, disse que aquele “estava a correr mal” porque desde novembro, altura em que foi aprovado pela Câmara, e a primeira versão das propostas, passou tempo demasiado. -----

-----O Dr. Jorge Pinto disse que, “na sua lealdade profissional”, tinha alertado o Senhor Presidente da Câmara para o atraso nesta situação e que a proposta do empréstimo não lhe tinha chegado às mãos. Referiu ainda que o empréstimo não tinha condições técnicas “de ir por diante” porque não respeitava uma das regras que está na Lei das Finanças Locais, que diz que “em nenhum dos casos a amortização média do ano desse empréstimo, pode ser inferior a 80% da média da amortização dos empréstimos”. -----

-----O empréstimo teve de ser recomeçado e foi aprovado pela Câmara Municipal e depois pela Assembleia Municipal, na sua sessão de setembro. A seguir, foi apreciado pelo Tribunal de Contas e foram pedidos esclarecimentos à Câmara – disse. -----

Afirmou que havia matérias profissionais que não se revelavam, a não ser que o Senhor Presidente da Câmara o autorizasse e sublinhou a insistência e o esforço que tinha feito no parecer que tinha dado para a resposta ao Tribunal de Contas. - -----

-----Acrescentou que não sabia, se naquele momento os serviços e os técnicos já teriam conseguido “pegar nas 14 questões que o Tribunal de Contas tinha colocado” e se já tinham sido dadas as respostas -----



-----Disse que sabia e que tinha a certeza que o fundamento de uma das respostas, dada em defesa da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal no Tribunal de Contas tem uma profundidade técnica e científica e de argumento que "levou muitas horas a fazer", mas não a certeza que seria aceite pelo Tribunal de Contas porque "os Juizes do Tribunal de Contas eram independentes, tal como eram os Juizes do tribunais Portugueses", decidindo cada um à sua maneira. -----

A terminar a sua intervenção, o Dr. Jorge Pinto pediu desculpa "por ter extravasado e defendido a sua honra" e de ter revelado dois momentos agradáveis que tinha tido naquele dia, mas para além da explicação técnica com toda a frontalidade e sinceridade, "quem não se sente, não é filho de boa gente". -----

Interveio o Senhor Presidente e solicitou ao Dr. Jorge Pinto que esclarecesse a situação dos 14 pontos que foram pedidos pelo Tribunal de Contas, dado que havia um "ponto principal", que era uma "falha de princípio", desde a análise dos processos. Disse o Senhor Presidente que gostaria que todos tivessem conhecimento da "falha" que se tratava e da sua gravidade no processo. -----

O Dr. Jorge Pinto referiu que se estava perante uma análise técnica sobre incerteza nos mercados financeiros e de anormalidades, das quais não se "está livre de voltara a acontecer". -

Disse que se "preocupava mais com as incertezas do que com as anormalidades e que existia um objetivo que tinha sido defendido por uns e contestado por outros, de que" a inflação na Zona Euro se devia situar nos 2% e a autoridade monetária da União Europeia, de todos os países que tinham aderido ao Euro, tomou a decisão que vincula o conjunto de países que aderiram a estas moeda, a qual foi tomada através do Banco Central Europeu. Este definiu que a taxa de desconto para os bancos é, atualmente de 4%. Perante isto, o mercado bancário situa a Euribor cerca de 4%, situação que se vai manter. Assim, até 2026 ou 2027, a inflação na Europa deverá descer para 2%, de acordo com as declarações públicas e escritas do Presidente do Banco de Portugal. Neste contexto, disse que a pergunta que o Tribunal de Contas tinha pedido que fosse lido o Acórdão, no qual estavam os fundamentos da recusa a um Visto a um empréstimo. -----
Antes de elucidar sobre a questão colocada pelo Tribunal de Contas, o Dr. Jorge Pinto explicou a matéria relativa à taxa de juros negativa e explicou, de seguida, que das três propostas que foram submetidas a aprovação na Assembleia, as duas que foram consideradas em primeiro e segundo lugar tinham "uma rasteira". Isto aconteceu porque o Caderno de Encargos permitiu que essa rasteira fosse dada de liberdade aos bancos" –disse. ----

O Dr. Jorge Pinto acrescentou que se tivessem pedido à POCALENTEJO que visse minuciosamente o convite aos Bancos, teria ido escrito que as propostas dos bancos que não seriam aceites propostas com taxas de juro, eventualmente, negativas. -----

-O que se passou foi que a proposta que venceu, apresentada pela Caixa de Credito Agrícola de Viana do Alentejo, cumpriu a condição de "floor 0" e a proposta da Caixa Geral de Depósitos trazia "uma palavra", que fazia toda a diferença e levava o Tribunal de Contas a questionar. Esta proposta dizia "sem floor", ou seja, a Caixa Geral de Depósitos apresentou uma proposta



com um spread, ligeiramente, superior ao da Caixa de Crédito Agrícola, mas correndo o risco de nos próximos 20 anos, caso a taxa de juro seja negativa e se tivesse ganhado, ficava sob o compromisso de pagar juros à Câmara Municipal pelo empréstimo que a Câmara lhe tinha pedido. -----

Nestas condições, o Tribunal de Contas perguntou como é que a Câmara provava que a “proposta A era melhor que a proposta B”, em função da alínea D) do artigo 48º da Lei das Finanças Locais, a qual diz que as propostas de empréstimos de M/L prazo têm de ser fundamentadas no menor risco que seja previsível. Perante esta situação, o Dr. Jorge Pinto disse que “tinha pegado nas duas propostas e, analisando os casos, questionou quando é que a proposta da Caixa de Crédito Agrícola passaria para segundo lugar e a da Caixa Geral de Depósitos passaria para primeiro e, em defesa do Município expôs o seguinte:

“Admitindo que existia de novo uma anormalidade dos mercados financeiros e houvesse um longo período de taxas de juro negativas, seria necessário que durante 10 anos consecutivos, a Euribor estivesse negativa a um valor superior a -7,33%, ou seja, mais do dobro daquilo que foi a média da anormalidade de 7 anos, para que a proposta da Caixa Geral de Depósitos estivesse de acordo com os métodos que são determinados na Lei das Finanças Locais, resultantes de uma portaria da União Europeia que refere que o “cálculo do risco” tem de ser feito, determinando o valor atual líquido das prestações futuras, sujeitas a uma taxa de desconto de 4%. Estes cálculos estão feitos em cada uma das propostas, com vários cenários onde se prova que é preciso haver a tal condição de anormalidade do mercado.” -----

Nesse caso, a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos passaria para primeiro lugar. O Dr. Jorge Pinto terminou a sua intervenção, afirmando que a proposta aprovada pela Assembleia Municipal e submetida ao Tribunal de Contas, cumpre, escrupulosamente, a lei. --- O Senhor Presidente da Assembleia interveio, de seguida, e dirigindo-se ao Dr. Jorge Pinto perguntou se “aquele parecer”, que tinha acabado de explicar, visava justificar a adjudicação a um banco e se aquela fundamentação tivesse sido feita em tempo, o Tribunal de Contas ainda faria aquelas questões ou o processo já estaria despachado. -----

O Dr. Jorge Pinto respondeu que “aquela pergunta era de tanto risco, como a dos mercados financeiros e que não era Juiz do Tribunal de contas”, mas acreditava que o Tribunal do Contas tinha colocado aquela pergunta porque os “Senhores da Câmara e os Senhores da Assembleia aprovaram um empréstimo que tinha sido reproduzido Pelo Tribunal de Contas, a dizer que as propostas foram exclusivamente avaliadas em função do spread – disse. -----

Referiu que o que tinha relatado tinha sido o argumento que tinha entregado à Câmara e que o Senhor Presidente tinha aceitado, para defender e salvar o empréstimo, mas que não poderia responder pelo Juiz que estava a apreciar o processo. -----

Exemplificou com algumas situações análogas, ocorridas em outras Câmaras Municipais, nomeadamente na Câmara Municipal de Évora, onde deu também o seu parecer e a POCALENTEJO acompanhou e analisou, aprofundadamente, o pedido de empréstimo feito por aquele Município. -----

-Retomando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara continuou a responder às



questões colocadas pelo membro Manuel Rafael e referiu-se à expressão “elefante branco” que aquele membro tinha usado para reproduzir as palavras do Senhor Presidente, quando este adjetivou a obra do Bairro das Casas Pré-Fabricadas de Aguiar. -----

-----Assim, explicou que, quando se serviu daquela expressão para se referir ao Bairro em questão, foi porque o executivo anterior, em 12 anos, nada fez para o alterar, “a não ser no ultimo ano, que se lembrou que existia” e disse que o executivo atual iria submeter a candidatura até 31 de março de 2024. Referiu também que os projetos estavam em fase de adjudicação e que tinham concorrido mais de uma dezena de Arquitetos. -----

Relativamente à “má gestão” do atual executivo, mencionada pelo membro Manuel Rafael, o Senhor Presidente disse que “não valeria a pena estar a falar porque era do conhecimento público” o que tinha sido feito durante estes dois anos, mas que iria referir que, em breve iria ser iniciada a área de serviço das autocaravanas e, dentro de poucos dias, a primeira fase da obra de reabilitação dos tanques do Concelho. Para além disso, iria ser, também, lançado o Concurso dos Polos de Saúde, e a conclusão da obra da EBSIS e ainda a requalificação dos Parques Infantis. -

Relembrou que, quando executivo atual chegou à Câmara, os Parques estavam interditados pela ASAE e demoraram algum tempo a reabrir. No entanto, disse que estavam em condições de ser intervencionados e seria isso que iria acontecer. -----

Foi feita também uma reparação nos acessos ao Santuário de Nossas Senhora D’Aires- disse. –

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e, faltando ainda três intervenções, apelou à capacidade de síntese dos membros, dentro do que fosse possível. -----

O membro Célia Sabino, em nome da bancada do VIVA, interveio e deixou a sua preocupação, relativamente aos incidentes ocorridos em Alcáçovas, nomeadamente o assalto na Caixa Agrícola o que revelava a falta de segurança. -----

O que pretendiam era saber que quais as medidas que estava a tomadas sobre o assunto, e qual era o ponto de situação. -----

A seguir, verificou-se a intervenção do membro Nuno Grave que começou por se referir à nova Plataforma que estava a ser implementada para os serviços da Câmara Municipal e que será extensível ao órgão Assembleia Municipal. -----

O membro Nuno Grave disse também que tinha tido conhecimento que haveria uma demonstração para o executivo, no sentido aprender o funcionamento da referida Plataforma e a sua pergunta seria se, essa formação/instrução estaria também prevista para os membros da Assembleia Municipal, para que também eles pudessem aceder à documentação. -----

-
Este membro referiu-se também a um ponto que tinha sido discutido na sessão da Assembleia Municipal e que era a “Proposta de aprovação do Regulamento do Pavilhão de Aguiar”. -----
Em relação a este ponto tinha havido dúvidas e alguma discussão e o que gostaria de saber era se estava tudo legalizado, se havia regulamento porque, o Senhor Presidente dizia que o anterior executivo “podia ter feito” e o que se verificava era que este executivo estava em funções há dois anos e meio e, até à data, não havia um regulamento feito e o Pavilhão tinha



sido inaugurado havia quase um ano. -----

Neste sentido, o membro Nuno Grave perguntou quando é que os Aguiarenses poderiam usufruir das instalações, uma vez “que já era tempo”. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que saudou todos os presentes e começou por dizer que as questões que iria colocar, algumas delas já tinham sido tratadas com o Senhor Presidente da Câmara, na última reunião realizada entre os dois órgãos. -----

Aproveitando o assunto relativo à segurança, na freguesia de Alcáçovas, já referido pelo membro Célia Sabino, o membro Frederico Carvalho, disse que a Junta de Freguesia de Alcáçovas, tinha tido uma audiência com o Comandante do Posto Territorial de Viana do Alentejo, da qual o Senhor Presidente da Câmara tinha sido informado. -----

-----Disse que fazia, publicamente, uma ressalva, afirmando que entendia que a Junta de Freguesia de Alcáçovas e o seu executivo reconheciam o esforço e a operacionalidade superiores das forças de segurança, em relação ao que acontecia no passado, mas que “de nada valia aumentar essa operacionalidade em 10%, por exemplo, se a criminalidade for de 20%. ----

-----Neste Sentido, recomendou que houvesse uma capacidade preventiva, na freguesia de Alcáçovas e referiu que na reunião realizada com o Comandante do Posto Territorial de Viana do Alentejo, reiterou-se a questão da falta de recursos humanos, falta de capacidade operacional (veículos, viaturas...), e até questões de tecnologia, meios informáticos e logísticos que possam acrescentar valor e operacionalidade aos serviços que se desejam. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia recordou, ainda alguns episódios ocorridos naquela freguesia, nomeadamente assaltos, furtos e a situação de um homicídio, afirmando que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas tem acompanhado esses acontecimentos. -----

Continuando a sua intervenção, colocou a questão relativa ao projeto dos tanques e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que pormenorizasse este assunto. Disse que sabia que, em Alcáçovas, havia um tanque que estava em projeto e que o Senhor Presidente tinha informado que estaria para breve. -----

Outra questão colocada diz respeito aos moradores da zona do Vale de Alcácer e ao abastecimento público de água, assunto que também tinha sido abordado na reunião de dia 8, conforme referiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho.

Disse também que, após a reunião, tinha havido um morador que tinha ligado para a Junta de Freguesia de Alcáçovas a perguntar se tinha havido” mais alguma novidade em relação à extensão do abastecimento de água aos moradores do Vele de Alcácer”. -----

Realçou que seria importante insistir neste assunto porque eram muitos fregueses e muitos municípios que estavam a necessitar daquele reforço na qualidade de residentes-disse. -----

Relativamente à estrada municipal que vai até Alcácer do Sal, sublinhou a importância de uma intervenção, que até poderia resultar de uma parceria com o Município de Alcácer do Sal. Para além disto, seria necessária também a marcação da estrada, que está na tutela do IP – Infraestruturas de Portugal, que é a Nacional 380, ou seja de Évora para Viana do Alentejo. A



este propósito, afirmou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas iria enviar uma comunicação ao IP, mas solicitava a solidariedade do Município de Viana do Alentejo, no sentido de fazer também essas diligências, “se entender que são justificáveis estas inquietações em relação à segurança”. -----

Quanto à Estrada Nacional 257, disse que havia também a necessidade de intervenção, sobretudo na questão da marcação, supondo que seria ou uma responsabilidade partilhada ou uma responsabilidade do Município de Viana do Alentejo, sobretudo no percurso entre Viana do Alentejo e Alcáçovas. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas aludiu ao assunto das “carreiras” da rodoviária, que fazem serviço no Concelho e, cujos horários são muito reduzidos, não satisfazendo a deslocação dos alunos de Alcáçovas que frequentam escolas em Évora. Disse o Senhor Presidente da Junta que é preciso fazer alguma pressão junto da CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, pois “os pais queixam-se que só há dois horários”, um de manhã e o outro no regresso –disse. -----

-----Em relação ao assunto do cemitério, disse que há muito tempo que o executivo queria fazer uma intervenção “mais profunda” naquele espaço, mas que tinham uma situação por resolver, que “vinha de há muito tempo” e que se prendia com a legalização da ampliação do cemitério. Esta legalização seria importante, pelo que já tinham apelado à ajuda dos serviços técnicos da Câmara Municipal -----

-----Na opinião do executivo daquela Junta de Freguesia, as infraestruturas não foram feitas corretamente na altura, tendo em conta, provavelmente, a pressa na entrega, e ficaram questões com a impermeabilização do subsolo. Esta situação acarretou problemas “extraordinariamente sensíveis” porque tratava-se de” entes queridos que se queriam bem acomodados”. -----

Neste contexto, realçou a importância de verificar a questão dos sumidouros, que parecem não existir e as águas não são devidamente escoadas. -----

A finalizar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, referiu-se à delegação de competências nas Juntas de Freguesia, afirmando que no Auto de Transferência de Competências, ao contrário das restantes Juntas de Freguesia, Alcáçovas tinha assumido a responsabilidade dos Parque Infantis. Passados dois meses de gestão autárquica, foram alvo de fiscalização, por parte da ASAE, que considerou que os mesmos não estavam em conformidade.

Disse o Senhor Presidente da Junta que esta situação deveria ser verificada porque, sabendo que pode haver uma situação de perigo ou de insegurança latente e se o Município puder ajudar, o executivo resolverá e quando oportuno, tentarão remodelar e requalificar esse mesmo Parque porque é uma competência da Junta de Alcáçovas. -----

Disse que sabia que o Município estava a preparar alguns Parques nas freguesias vizinhas e que a freguesia de Alcáçovas tinha no seu cargo quatro Parques Infantis, o que era muito dispendioso e afirmou que estavam a preparar uma segunda requalificação, estando numa fase de consulta informal para apurar interessados e valores, com vista à requalificação do Jardim



do Rossio de Alcáçovas. -----

-----Assim, o Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas informou da necessidade de o Município “dar alguma ajuda para outros Parques Infantis. A freguesia ficaria grata” - afirmou.-----Disse que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas se solidarizava com as freguesias de Aguiar e Viana e apelou para que o executivo da Câmara Municipal não deixasse de fazer investimento necessário e infraestruturas, na Freguesia a que preside. -----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas. -----

-----Dirigindo-se ao membro Célia Sabino, o Senhor Presidente da Câmara referiu que já se tinha manifestado, várias vezes, sobre a questão da Segurança no Concelho de Viana do Alentejo e disse que “estávamos num Concelho que era um paraíso” e exemplificou com alguns dos hábitos descontraídos que temos no dia-a-dia, nomeadamente, carros abertos, chaves nos carros, portas abertas.... -----

-----O Senhor Presidente da Câmara afirmou que “todos nós, inconscientemente, sentimos isso” porque estávamos seguros, mas era verdade que havia casos pontuais e o executivo tinha-se preocupado com esta situação, tanto que criou condições para que fosse aumentado o “efetivo, coisa que não acontecia há muitos anos”. Antes, a tendência era reduzir e o Concelho de Viana tinha cada vez menos GNR. -----

-----Referiu-se depois ao caso do assalto à Caixa de Crédito Agrícola e considerou que aquela agência bancária tem uma fuga fácil, o que pode proporcionar este tipo de acontecimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a referir que eram “casos pontuais”, mas que há 10 ou 15 anos tinha havido uma quantidade de crimes e acidentes graves naquela freguesia. De qualquer forma, disse que tinha prestado a sua solidariedade ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas para reivindicar mais segurança. -----

Disse ainda a propósito deste assunto que o Comandante da GNR também expressava a sua vontade em ter “mais homens”, mais viaturas. -----

De qualquer forma, nos últimos dois anos houve evolução neste aspeto –disse. -----

O Senhor Presidente disse que tinha falado com um munícipe que lhe tinha dito que se verificava mais segurança em Alcáçovas, nos últimos dias, mas também mais multas. De facto,” as pessoas querem as duas coisas”, mas se há mais segurança, há mais multas” -afirmou. -----

Em sua opinião, “não vivemos num Concelho com falta de segurança, contudo, devemos manter esta preocupação e fazer os contactos que têm sido feitos “– disse. -----

O Senhor Presidente salientou que este assunto não era da competência da Câmara e neste âmbito comunicou que, dentro de aproximadamente duas semanas, seria lançado o Concurso do Novo Quartel da GNR, acreditando que seria uma forma de trazer mais “efetivos” para o Concelho. –

Em resposta ao membro Nuno Grave, o Senhor Presidente disse que o ponto relativo ao Regulamento do Prémio Literário tinha sido retirado porque já tinha sido submetido a



aprovação na Assembleia Municipal de 29 de junho de 2022. Explicou que o que faltava era apenas a publicação no Diário da República. -----

Relativamente ao Centro Social de Aguiar, disse que “muito havia para falar” e exemplificou com “as portas que não abrem, a porta de emergência que está impedida de abrir, um comando para as tabelas a 4 metros de altura, onde dificilmente se chega, umas bancadas com dimensões, que não se tem a certeza que sejam aprovadas...”. -----

Apesar de todas estas falhas, a inauguração foi feita e o edifício tinha de começar a trabalhar, sobretudo a Biblioteca, que estava pronta, caso contrário, continuar-se-ia a utilizar a que já existia, com as condições que tinha –disse. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu, ainda, que faltava a montagem das redes, que estava prevista par os dias 27 ou 28 de fevereiro e depois pedir a inspeção e “rezar para que os problemas fossem resolvidos, acreditando que não sejam muito fáceis de resolver.” – acrescentou. -----

Para além disto, salienta-se a construção de uns muros que tinham ficado acordados e que deveriam ter sido construídos antes do Centro Social porque “agora as máquinas não chegam lá atrás” e os materiais têm de ser carregados à mão – disse. -----

Em seguida, interveio o Senhor Presidente da Assembleia, que chamou a atenção para a questão colocada pelo membro Nuno Grave, da qual também ele tinha particular interesse, e que se referia à nova Plataforma de trabalho do Município – Gestiona. -----

-----Neste âmbito, perguntou se iria haver alguma formação destinada aos membros da Assembleia Municipal, de modo a poderem trabalhar com a referida Plataforma. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara disse que “tinha de haver” essa formação porque esta nova ferramenta não era fácil e não se conseguia aprender “de um dia para o outro”. -----

Disse, ainda, que lhe tinha surgido uma proposta no sentido de se juntar a formação da Vereação com a dos membros da Assembleia Municipal e realizar-se-iam ao mesmo tempo. ----

-----Assim, disse que deixaria a proposta “no ar” para se marcar uma data para a realização da formação. Iria averiguar se os técnicos estariam disponíveis no fim de semana, tendo em conta que talvez fosse mais adequado para todos. -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara disse percebia que ele quisesse tornar públicas as questões que apresentou, afirmando que fazia parte da política e de informar as pessoas, mas que “muitas daquelas questões estavam respondidas”, o que não impedia que falasse delas. -----

Começou por se referir aos tanques e afirmou que estavam “numa primeira fase”, sendo alvo de intervenções para conservar os edifícios existentes. Numa segunda fase, existiria um projeto de acordo com as propostas que o anterior executivo tinha deixado e também daquelas que a força política VIVA tinha apresentado, e também com “toque” do executivo em funções. -----

-



Quanto ao abastecimento de água, à saída para o Torrão, disse que era um assunto que o executivo tinha vindo a discutir com as Águas do Alentejo e “que até parecia de solução fácil”.

Inicialmente, tinha havido “um pequeno imprevisto” que era passar a água de um lado para o outro da via, uma vez que a IP não lhe autorizava a cortar a estrada, mas que havia um Pontão perto, que permitia a passagem da água para o outro lado. O “maior problema”, o qual está a ser analisado pelas Águas Públicas do Alentejo é a pressão da água, uma vez que ao haver mais “vinte e tal” moradores, aqueles que já lá habitam irão ser prejudicados com essa falta de pressão.

Assim, terá de ser bem calculado e dimensionado para não se correr o risco de “levar água a umas pessoas e deixar outras sem ela”. -----

Em relação à Estrada Municipal de Santa Catarina, o Senhor Presidente concordou que a mesma necessita de uns arranjos, contudo, “já a viu muito pior” –disse. Acrescentou que também a Estrada Nacional nº 257 precisava de arranjos, mas, no momento atual, financeiramente, o Município também não tinha capacidade para grandes intervenções, conseguindo, apenas, realizar pequenas reparações, tais como “tapar uns buracos e arranjar umas bermas”. -----No que diz respeito ao apelo para fazer pressão com o IP para a marcação da estrada, o Senhor Presidente mostrou total disponibilidade, sugerindo que se fizesse em conjunto ou em separado.

Abordando o tema dos transportes, disse que “era um problema” e que iria continuar a ser. Disse que as tentativas têm sido caras e todas as hipóteses que a empresa tem apresentado são inoportáveis para o Município. -----

Contou que numa das reuniões em que participou e onde também estava a Entidade Reguladora, disse ao responsável da empresa que “ia comprar um autocarro, admitia mais um motorista e começava a Câmara a fazer os transportes dentro do Concelho e, inclusive, fazer o trajeto para Évora e vice-versa”. Foi-lhe respondido que se assim fosse, a responsabilidade seria do Presidente da Câmara e dessa forma, não passaria mais nenhum autocarro no Concelho de Viana.

Assim, não pôde fazer mais nada, teve de pagar-disse. -----

Acrescentou que, neste momento, a Câmara pagava cerca de 5 mil e tal euros e a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central também pagava uma quantia significativa para os transportes e, mesmo assim, “somos mal servidos e se quisermos mais, temos de pagar muito mais e é inoportável –afirmou. -----

Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente manifestou a sua vontade de poder ter transportes “a toda a hora” e disse que estava presente a pessoa que exerceu funções de Provedor durante muito tempo e que tinha havido uma altura que lhe tinha dito que “precisava de pessoas para trabalhar.” -----

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou a dificuldade em tratar deste assunto e referiu que a sua resolução não seria possível de um dia para o outro. -----



Referindo-se ao Cemitério de Alcáçovas, disse que este era um assunto que tinha muito tempo, mas que parecia que era agora que tinham “nascido todos”. De qualquer forma, assegurou que o Município iria colaborar com a Junta de Freguesia de Alcáçovas, com vista à legalização e adiantou que não “tinha técnicos para trabalhar com as máquinas nem para fazer os projetos. Assim, o que poderia fazer, era ajudar como tem feito até aqui –disse. -----
No que respeita aos Parques Infantis, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que continuaria a ser solidário com a Junta de Freguesia de Alcáçovas e com as outras freguesias, sempre com o mesmo sentido de colaboração. -----
-

Informou que a Câmara irá ter uma despesa com os Parques Infantis, na ordem dos 80 mil euros para a requalificação dos Parques Infantis, excluindo aqueles que são competência das Juntas de Freguesia. Disse que optou por investir numa requalificação que seja duradoura ao invés de pequenos arranjos que o “deixariam descansado” até terminar o seu mandato e gastaria menos dinheiro. -----

-----Interveio de seguida o membro Cecília Lopes que disse levar à Assembleia um assunto que, até então, não tinha sido abordado e que o considerava importante, tendo em conta que é um facto político relevante para o Concelho de Viana, principalmente para o Município. -

-----O membro Cecília Lopes referiu que tinham tido conhecimento que a Vereadora Sara Grou, eleita pelo Partido Socialista, tinha perdido a “confiança política” por parte daquele partido e que continuaria em funções como Vereadora independente. -----

-----Neste sentido, o seu objetivo era perceber o que se tinha passado, que argumentos tinham levado a tal situação, por isso, consideraram oportuno levar o assunto à Assembleia Municipal para que todos tivessem conhecimento. -----

-----Terminada a intervenção do membro Cecília Lopes, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Nuno Grave, sendo esta a última intervenção que encerraria o primeiro período de Antes da Ordem do Dia.-----

-----O membro Nuno Grave, no uso da palavra, voltou a referir-se ao Centro Social de Aguiar e disse que as dúvidas persistiam e se existiam tantos problemas por que foi inaugurado o espaço, no dia 25 de abril do ano anterior, ou este problemas não estariam identificados-perguntou. -----

O membro Nuno Grave disse que o que devia ser esclarecido, perante todos os membros daquela Assembleia e sobretudo dos Aguiarenses era a questão da resolução dos problemas. Se estes já estão identificados, dever-se-ia apontar uma data, de forma a que os Aguiarenses soubessem a partir de que momento poderão usufruir daquele espaço. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas e começou por se referir ao assunto abordado pelo membro Cecília Lopes. -----

Em relação ao assunto da Vereadora Sara Grou, disse que a mesma, de acordo com o que sabia, não tinha perdido a “confiança política do partido”, tinha pedido, por si própria, para estar presente nas reuniões como independente, e que do Partido Socialista nada tinha recebido com essa informação. -----



Referiu que este assunto já tinha sido apresentado na reunião de Câmara e a Senhora Vereadora tinha pedido que fosse com “efeitos imediatos”, ou seja, na reunião de Câmara seguinte. -----
O Senhor Presidente da Câmara disse que, não tinha muito mais a dizer acerca do tema e que só lhe restava aceitar a sua decisão porque “os cargos são das pessoas e não dos Partidos e a Senhora Vereadora” faria o que entendesse -disse. -----

Em resposta ao membro Nuno Grave, disse que “responderia as vezes que fossem precisas” e já tinha mencionado que o executivo sentiu necessidade de inaugurar o Centro Social de Aguiar, naquela altura porque a Biblioteca que existia não tinha condições. -----
Disse, ainda, que alguns dos problemas já tinham sido identificados, mas que consideraram que não deviam prejudicar a Biblioteca ou alguma iniciativa pontual que ali se pudesse realizar. ---
Quanto a datas, referiu que “não era capaz de dar” porque havia pouco tempo tinha chovido muito e apareceram infiltrações dentro do Pavilhão. Para além disso, ainda faltava a vistoria daquele espaço e que poderão ser detetados outros problemas. -----

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período de intervenção do público. -----
Havendo público presente na sala, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir. -----

-
Verificou-se a intervenção do Senhor Hélder Graça, que sendo morador em Aguiar há 20 anos, sempre constatou a dificuldade por parte da Junta de Freguesia e respetivos Presidentes em ter trabalhadores suficientes para manter limpas as ruas da freguesia, os bairros em condições e tirar as ervas que crescem nas azinhagas. -----

Disse o município que quando “saísse de casa, gostaria de pisar o seu passeio e sentir que ele estava limpo” e que, ao longo destes 20 anos, tanto no tempo do anterior executivo, como no tempo do atual, o problema sempre persistiu. -----
Assim, o Senhor Hélder perguntou se “aquele problema seria resolvido de vez e se iriam ter eficácia na manutenção dos espaços envolventes aos espaços públicos, especialmente nas ruas dos bairros”. -----

Disse que, no tempo do anterior executivo, enviava fotos para o Presidente da Junta de Freguesia à data, António Inácio, e que também já tinha enviado para a atual Presidente, Rosinda Gaio e a limpeza é feita. Contudo, “não queria ser ele ou os seus vizinhos, os responsáveis por alertar para esta situação”, já que os eleitos é que devem ter estas preocupações e arranjar pessoas que “vão aos sítios” para verificar se os espaços estão em condições. -----

O município disse que era morador no Bairro Forno do Tijolo e que aí “se levava muito tempo rara se fazerem as limpezas”, e que sabia que era por causa da falta de pessoal, pelo menos “era o que lhe diziam”. -----

---Neste contexto, questionou se, nestes 20 anos não haveria uma solução ou um plano de manutenção previsto para a freguesia, de modo a que os funcionários vão passando por todas as



ruas. Assim, perguntou quando se solucionava o problema da falta de pessoal na manutenção para as limpezas das ruas. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se a um terreno que está junto às casas do seu bairro e que no projeto inicial previa-se que fosse destinado à construção de um Parque Infantil para servir o bairro. Segundo o que sabe, o terreno em causa será para um estaleiro da Câmara ou para a Junta de Freguesia. Caso seja este o objetivo, disse que não seria de “bom tom” construir um estaleiro na parte de trás das casas, dada a visibilidade com que fica para quem passa na estrada do Campo da Bola. -----

O município acrescentou que naquele dia já tinha visto limpezas profundas e que, provavelmente, se devia ao facto de ele ter insistido em enviar fotos quer para o Senhor Presidente da Câmara, quer para a Senhora Presidente da Junta de Freguesia e reforçou que esta situação não deveria partir da insistência dos municípios, mas de “alguém” que deve desencadear procedimento, quando verifica que “as coisas não estão em conformidade”. -----

Em relação à entrada da rotunda e quando se vira para o Campo da Bola está “um espaço morto”, onde se depositam alguns “desperdícios” das casas e disse que tinha tido conhecimento, através do Senhor Presidente da Câmara, que o referido espaço pertencia ao Grupo Desportivo. -----Em sua opinião, aquela situação, à entrada do Concelho não seria um “belo cartão de visita”. ---O Senhor Hélder Graça aludiu, também, aos pneus que estão colocados, após a passagem da rotunda e que tinha sido “uma ideia muito gira na altura”, mas que, atualmente, já havia um certo “cansaço”. Sendo uma entrada do Concelho, deveria sofrer alguma intervenção – disse -----

Referiu que, de acordo com as informações que tinha, havia um projeto para se incluir numa candidatura, de forma a intervencionar aquele espaço, pelo que, gostaria de confirmar este assunto. -----

Interveio, de seguida, uma munícipe, moradora no Bairro Pré-Fabricado de Aguiar, a qual questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação deste assunto, no que diz respeito à brevidade desta intervenção, pois, não “sabem se hão de limpar e pintar”, tendo em conta a incerteza quanto às obras neste bairro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao município Hélder Graça, referindo que, há 20 anos, quando o município comprou a casa onde vive, o mencionado espaço tinha sido cedido à Câmara e que atualmente ainda era um espaço para equipamento. Adiantou que era pretensão do executivo guardar algum equipamento aquando das obras do Polo do Centro de Saúde, evitando que se desloquem diariamente. -----

O Senhor Presidente sublinhou que não era intenção do executivo fazer aquele espaço um estaleiro e que “dê má visibilidade à passagem, apesar de estar, relativamente, escondido porque ainda havia outro espaço à frente-disse. -----



À pergunta do município sobre a cedência daquele espaço na altura da construção do bairro, o Senhor Presidente respondeu que todos os loteamentos, quando eram construídos, tinham de ter área de cedência para estacionamento, equipamentos, zonas verdes..., de acordo com o Regulamento existente, que já tinha alguns anos e que, em breve, seria revisto, e também de acordo com a Lei. Caso não exista esta área, há obrigatoriedade do pagamento de taxas, ou seja, “o espaço é revertido em taxas. -----

Disse, ainda, o Senhor Presidente que não sabia em “que moldes” tinha sido feita aquela cedência, por “não ser do seu tempo”, mas que tinha ido verificar e, na realidade, o espaço adequava-se àquilo que é pretendido. -----

O Senhor Hélder Graça voltou a intervir e disse que, na altura das escrituras, tinha sido sempre referido pelo construtor que aquele espaço estava previsto para um projeto de parque Infantil para as crianças do bairro. Essa foi a ideia com que ficaram – afirmou. -----

O Senhor Presidente respondeu que “não tinha o construtor como mentiroso”, mas o espaço estava registado para equipamentos, tinha sido essa a forma como ele o tinha cedido. -----

Em relação à entrada de Aguiar e aos pneus, referiu que existia um projeto em execução, resultado de uma parceria entre a Câmara e a Junta de Freguesia local e que “fazia parte de uma candidatura que, estranhamente, ao fim de algum tempo, ainda não tinha obtido resposta. Esta candidatura era mais direcionada para as acessibilidades, porém, tinham sido introduzidos pequenos arranjos, aproveitando as acessibilidades. -----

O Senhor Presidente explicou que, como não tinha sido ainda possível aproveitar a candidatura, decidiu-se dar “alguma dignidade” àquela entrada. -----

No que respeita às casas Pré-Fabricadas de Aguiar, o Senhor Presidente disse que iria submeter a candidatura até ao dia 31 de março, estando os projetos em fase de adjudicação. -----

Apesar de parecer “uma obra megalómana”, não o será na realidade porque irão existir três tipologias, T1, T2 e T3 e o resto serão réplicas, ou seja, “trabalhar em espelho” – explicou. -----

Disse, ainda, o Senhor Presidente que seria provável que a obra iniciasse no final do ano em curso. -----

Terminados os seus esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar que cumprimentou os presentes e dirigiu-se ao Senhor Hélder Graça. -----

Em resposta ao município, a Senhora Presidente disse que tinha recebido o seu e-mail afirmou que ele estava no direito de ter resposta às suas questões, no entanto, é da opinião que há certos assuntos que não devem ser discutidos em Assembleia Municipal. De qualquer forma, iria dar resposta às questões colocadas. -----

Relativamente ao plano de limpeza, disse que a Junta não tinha esse plano, mas que deveria ter. Explicou que, naquele momento, havia, apenas, um trabalhador efetivo e o executivo estava a tratar do assunto para “entrarem mais dois trabalhadores”. -----



-A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar referiu que, ao longo do seu mandato, tanto ela como os seus colegas, sempre tiveram o cuidado de manter limpas as ruas da freguesia. Neste momento, não era possível, mas que a situação estava a ser tratada, através da abertura de concurso e, para além disso, havia também uma candidatura a decorrer, de forma a integrar pessoas abrangidas pelo rendimento social de inserção. -----

No ano anterior, disse que tinha tido pessoas com contratos de avença e que a freguesia estava, minimamente limpa. Atualmente, com a situação de falta de pessoal, não lhe era possível fazer um roteiro e que o único trabalhador em funções tentava ir uma vez por mês aos sítios que lhe eram indicados. -----

A Senhora Presidente de Junta salientou a questão de o executivo “estar a ser acusado de não ir aos locais” e declarou que era “impossível”. Disse que vivia naquela freguesia havia 44 anos e que “era raro” não ser vista na rua. Assim, não poderia ser acusada, assim como o seu executivo de não passarem pelas ruas e de não estarem preocupados com a população. Diariamente, passava pela Junta de Freguesia e havia dias em que “ia duas vezes”. -----

Assim, manifestou o desejo de “a sua freguesia ser a mais limpa”, assim como todos os Presidentes desejam. -----

Relembrou que no executivo anterior, do qual também fazia parte, ela própria “arregaçou mangas e foi roçar e apanhar ervas”. Atualmente, ela e o seu executivo são vistos, muitas vezes, a trabalhar na rua e não só “atrás dos computadores –disse. Se “as coisas não estão como seria de esperar”, lamentava, mas não conseguia. -----

Ainda no uso da palavra, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, referiu que “era acusada de estar a meio tempo em funções autárquicas, assim como os outros Presidentes de Junta, mas que a par disso, tinha a sua profissão e que, só pós-laboral, cumpria os assuntos daquele órgão autárquico, o qual fazia “com todo o gosto” e que continuaria a fazer durante os 4 anos do seu mandato–disse. -----

Informou, também, que estavam a iniciar a limpeza do Jardim, em frente à Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal porque não tinham meios humanos nem materiais para tal intervenção. “Felizmente que, no seu mandato, financeiramente, não estavam mal. Daí, algumas vezes, poderem contratar pessoas, em regime de avença, que permitem colmatar estas deficiências no serviço. Presentemente, estavam a proceder da mesma forma, porém, havia processos que eram morosos. -----

No que concerne ao Campo de Futebol, “a entrada era o que mais a preocupava”, mas afirmou que o executivo estava a tratar do assunto, assim como das rotundas e da parte lateral e interior do jardim. Disse a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar que, em relação ao Campo de Futebol, por norma, era solicitado o apoio da Junta de Freguesia, no sentido de roçar as ervas ou proceder à monda química, mas que o Grupo Desportivo não queria reunir com a Junta de Freguesia e, assim, não é possível. Referiu que, sempre que tinha sido solicitado apoio à Junta de Freguesia, nunca lhe tinha sido negado. -----



-----A Senhor Presidente da Junta lamentou esta situação, mas que nada podia fazer e que todas as Associações “falavam” com a Junta, à exceção do Grupo Desportivo. -----

O Senhor Hélder Graça voltou a intervir e disse que havia passeios degradados no bairro onde vive e alertou para dois postes que estavam inclinados e um deles em risco de cair. -----
Disse não saber de quem era a manutenção dos passeios e assunto dos postes, mas que o Senhor Presidente já tinha respondido que, em relação aos postes, o assunto era da responsabilidade da E-Redes. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que a iluminação pública no Concelho era um problema e disse que tinha pedido uma reunião com o Engenheiro da Câmara responsável, no sentido de elaborarem uma reclamação à E-Redes, tendo em conta que a Câmara tem cerca de 20 solicitações à E-Redes, nomeadamente, lâmpadas que têm de ser trocadas, de postes que estão degradados, entre outros.... -----

Disse o Senhor Presidente que já foi feita “muita pressão”, mas que não tinha sido suficiente, pelo que esta reclamação iria ser feita em nome do Presidente da Câmara, esperando que seja dada uma assistência digna. -----

Em relação à questão dos passeios, referiu o seu bom hábito de “andar pelas freguesias” e não tem notado muitas dessas situações, mas que, por vezes via alguns amontoados de entulho, que não eram da responsabilidade da Câmara. Disse que passeios, havia “meia dúzia de pedras de calçada fora do sítio e um ou outro lancil danificado”, mas que em breve estas situações estariam resolvidas. -----

-----Em seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia e disse que há uns anos, tinha sido eleito na Assembleia Municipal e se houve críticas que tivesse feito e que acreditava que tinham sido justas era o facto de não o deixarem falar, situação da qual se queixou algumas vezes.

Assim, disse que preferia que o “acusassem de não cumprir escrupulosamente o Regimento da Assembleia do que ser acusado de não deixar alguém falar”. -----

Afirmou que “sabia o que dizia o Regimento, que sabia que o Período de Antes da Ordem do Dia tinha extravasado aquilo que estava previsto, mas que preferia não deixar ninguém por falar”. --

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia partilhou um momento, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, no qual relembrou uma “briga” que existia na altura entre a Câmara de Viana e os Belos, S.A., atualmente, Rodoviária. Esta “curiosidade” veio a propósito do problema dos transportes no Concelho de Viana e que, volvidos trinta anos, continua a persistir. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro António Grosso que afirmou que “o problema estava na ligeireza do antigo executivo, quando na delegação de competências para a CIMAC, e no concurso efetuado à empresa, a não inserção de vários horários ou mais horários, não foram introduzidas nem faladas”, o que deu origem a esta situação. Disse, ainda que o problema iria manter-se até haver novo concurso. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, então, por encerrado o primeiro



período de intervenção do público. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão:-----

A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

Ponto dois) Apreciação escrita sobre a Atividade da Câmara: -----

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia questões a colocar sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Interveio o membro Cecília Lopes que se referiu à informação constante da Atividade da câmara, relativa à ação interposta pela Dra. Maria de Aires contra o Município, a qual está a decorrer no Tribunal de Beja. -----

O membro Cecília Lopes perguntou qual o motivo daquele assunto estar a ser apresentado de forma isolada, sem estar inscrita nos grupos relativos aos processos que os dois advogados da Câmara têm em mão, nomeadamente, o Dr. Belchior e a Dra. Isabel Moraes Cardoso. -----
-

Em seguida, usou da palavra, o membro João Antunes que disse que uma das questões que tinha para colocar era exatamente aquela que o membro Cecília Lopes apresentou. -----

Referiu-se, depois, à página nº 5, onde indicou a repetição de um parágrafo “No dia 23 de janeiro, a convite da Câmara Municipal de Almada...” -----

O membro Nuno Grave interveio e disse que na página nº 5, é referido que foram realizadas reuniões entre o executivo e as Juntas de Freguesia, com o objetivo de preparar “Os 50 anos do 25 de Abril”. Neste sentido, questionou o que estava previsto neste âmbito, se já era possível “levantar a ponta do véu”, dado que é um momento histórico. Para além de se comemorar os 25 de Abril, assinalam-se também os 50 anos desta data, pelo que se requer um programa com “alguma dimensão” – disse. -----

O membro Nuno Grave reportou-se também à questão colocada pelos membros Cecília Lopes e João Antunes, relativamente ao assunto da ação interposta pela Dra. Maria D’Aires contra o Município. Lembrou que na sessão de Assembleia de 29 de dezembro, na Ordem de Trabalhos constava a proposta de designação do Júri de Recrutamento do Cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da Câmara, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo a bancada do Partido Socialista apresentado a seguinte declaração: -----

“A proposta de designação do Júri de Recrutamento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49 de 2022, de 29 de agosto, ponto aprovado por unanimidade, numa atitude responsável, vota favoravelmente este júri, que foi indicado pelas três forças partidárias eleitas no Concelho. Por considerar que a Divisão de



Gestão de Recursos é demasiado importante para o funcionamento da Autarquia e não pode estar sem dirigente, devemos, então, reafirmar que todo o processo e verdadeiras motivações para exoneração da anterior Chefe de Divisão continuam sem o esclarecimento devido. Todo o processo foi efetuado à revelia da oposição, tendo sido apresentado como um ato consumado. Devemos lembrar que a CDU não tem maioria em nenhum dos órgãos, tendo apenas pouco mais de um terço dos votos, pelo que tem de negociar com a oposição todas as decisões importantes e esta seria uma delas, como é óbvio. Não sabemos também se a visada recorreu ou irá recorrer da decisão do Senhor Presidente, em instâncias superiores, pelo que esperamos que estejam acauteladas todas as possibilidades futuras, sem prejuízos para o Município”. -----

-----O membro Nuno Grave esclareceu que, na altura, quando a bancada do Partido Socialista apresentou aquela declaração de voto, as suas preocupações estavam agora presentes com aquele processo que a Dra. Maria D’Aires tinha interposto contra o Município de Viana do Alentejo. —

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro Cecília Lopes e aos membros que colocaram a questão do processo da Dra. Maria D’Aires. Disse o Senhor Presidente da Câmara que, depois de terem recebido e analisado a informação e o processo que a Dra. Maria D’Aires tinha interposto, decidiu-se não recorrer à jurista da Câmara, devido à sua ligação ao Município e à Dra. Maria D’Aires, e contratar um Advogado independente. -----

Assim, a sua avaliação seria independente, uma vez que não conhece a Dra. Maria D’Aires nem ele próprio. -----

-

Este advogado era especializado em Direito Administrativo e seria a melhor pessoa para analisar aquela ação interposta ao Município. -----

-----Disse o Senhor Presidente que a própria jurista tinha manifestado, algumas vezes, o seu constrangimento quando ele tinha falado com ela acerca da exoneração da Dra. Maria D’Aires, uma vez que a conhecia e trabalha com ela há muito tempo. -----

Nestas circunstâncias, muito mais constrangida ficaria se lhe fosse entregue este assunto. -----

-

Relativamente ao Dr. Belchior, disse que há muito tempo que não passava pelo Município e que não se conseguia contactar. -----

-No que diz respeito à intervenção do membro Nuno Grave, disse que não estava preocupado com a declaração de voto apresentada pela bancada do Partido Socialista e “que ninguém tinha que ficar incomodado”. A Dra. Maria D’Aires estava no seu direito e que no Município tinha recorrido “ao que tinha de recorrer” e que, tal como ele tinha mencionado em algumas reuniões, a Dra. Maria D’Aires poderia recorrer “fora do Município”. -----

Disse que aquela tinha sido uma decisão da competência do Presidente da Câmara, a qual se prendia “uma atitude de Gestão” e que os Partidos ali representados sempre lhe disseram que “não se metiam em atitudes de gestão”. -----

Assim, considera que não tinha de” negociar “este assunto, dado que é uma competência do Presidente da Câmara. -----



No que respeita às reuniões das Juntas com a Câmara a propósito das Comemorações do 25 de Abril, disse que não “tinha feito aquelas reuniões e que os Presidentes de Junta presentes poderiam responder melhor do que ele.” -----

Informou que tinham sido feitas algumas referências aos 50 anos do 25 de Abril nas comemorações do 13 de janeiro, serão realizadas iniciativas ao longo do ano, tais como o jantar com os nascidos em 1974, o almoço com os eleitos pós 25 de Abril, que é uma iniciativa que já remonta a alguns e é realizada de 5 em 5 anos, entre outras. -----

Disse que a Senhora Vereadora, responsável por aquele pelouro, estava ausente, e seria ela que poderia dar uma “resposta mais pormenorizada. Ainda assim, acrescentou que não “tinham grandes coisas fechadas”, mas que havia algumas alinhavadas, em parceria com as Juntas de Freguesia e também as que serão só da responsabilidade do Município. -----

Interveio, em seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas, em colaboração com o Sport Clube Alcaçovense, estavam a organizar uma corrida, que terá o nome associado às comemorações do 25 de Abril, estavam a preparar mais uma iniciativa e tinham “desafiado” o Município a encetar uma parceria com a Associação 25 de Abril, com duas possibilidades que os serviços técnicos já estariam a preparar.

Este desafio consistia na organização de uma exposição itinerante da Associação 25 de Abril, que permaneceria aqui cerca de duas semanas nas três freguesias. Para além disto, havia também a possibilidade de se trazer uma chaimite, tal como tinha acontecido em setembro do ano anterior, por ocasião da Semana Cultural de Alcáçovas. -----

-----**Ponto três) Proposta de Acordo quanto à forma de imputação, em 2024, das despesas com o pessoal da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, aos Municípios Associados:** -----

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha alguma explicação sobre o assunto. -----

-

O Senhor Presidente da Câmara disse que os membros da Assembleia tinham os documentos na sua posse e que estava explícito que a forma de cálculo era com base na população residente, nos censos de 2021 e no FEF- Fundo de Equilíbrio Financeiro de 2023. -----

-----Após a explicação do Senhor Presidente, o ponto foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**Ponto quatro) Proposta de aprovação do montante mensal a transferir para a AMCAL - Associação de Municípios de Alentejo Central:** -----

Submetida a votação foi aprovado, por unanimidade, o valor mensal de 2.000€ (dois mil euros), como valor mensal a transferir para a AMCAL. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, nos termos do artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024): -----



O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que pudesse explicar este assunto. -----

-O Senhor Presidente da Câmara disse que não “tinha grande coisa a dizer” e que este assunto não “era a sua especialidade, mas que se houvesse dúvidas que recorreria ao técnico presente na sessão. -----

Não havendo questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada com 7 votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Celeste Gomes Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Célia Sabino, Cecília Lopes, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). -----

Antes de entrar no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, propôs que os pontos números seis, sete, oito e nove fossem discutidos em conjunto, dado que estão todos interligados, sendo, depois, cada um deles votado separadamente.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que explicou que havia um documento em Excel, o qual era, habitualmente, enviado para os Vereadores e que tinha sido também disponibilizado para os membros da Assembleia, de forma a facilitar a leitura e análise dos documentos. -----

Referiu que tinha havido a necessidade de fazer uma alteração orçamental, tendo em conta que o Orçamento de 2024 não estava aprovado e, sendo uma alteração modificativa, tinha de ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Passou-se à aprovação dos referidos pontos: -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita:

Submetido a votação, a proposta foi aprovada com 13 votos a favor por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Celeste Gomes Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Célia Sabino, Cecília Lopes, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). -----

Ponto sete) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa:

O ponto foi submetido a votação, tendo sido aprovado com 7 votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Celeste Gomes Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Célia Sabino, Cecília Lopes, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). -----

Ponto oito) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos: -----



O ponto foi submetido a votação, tendo sido aprovado com 7 votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Celeste Gomes Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Célia Sabino, Cecília Lopes, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). -----

Ponto nove) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais: -----

A Assembleia aprovou com 7 votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, José Jacinto Bento Grave, António Manuel Dimas Grosso, Paula Maurício e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Celeste Gomes Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Célia Sabino, Cecília Lopes, João Fialho, Ricardo Soldado e Frederico Carvalho). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO VIVA

“Foram aprovadas as Alterações Modificativas aos seguintes documentos previsionais: Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Plano de Atividades Municipais e Plurianual de Investimentos.

O VIVA viabilizou os documentos previsionais pelas seguintes razões:

1 - As Alterações Modificativas são a solução mais ajustada para permitir o regular funcionamento do Município de Viana do Alentejo (tendo em conta que os Documentos Previsionais para 2024 tinham sido rejeitados);

2 – Significa que esta é a situação mais equilibrada para responder aos desafios e investimentos para 2024, nomeadamente a conclusão da intervenção da obra da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; construção do novo Quartel da GNR (obra financiada a 100% a Fundo Perdido) e Unidade Saúde Viana do Alentejo (obra financiada a 100% a Fundo Perdido), Extensões de Saúde em Alcáçovas e Aguiar (obras financiadas a 100% a Fundo Perdido);

3 – Significa, também, que a solução apresentada em reuniões de Câmara, de recurso a um empréstimo de curto prazo, de 800.000€, era uma má solução;

4 – De qualquer forma, preferimos que as obras previstas, nomeadamente a Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa e na Área da Saúde, sejam realizadas, mesmo que isso implique reduções de custos nas atividades festivas do concelho.”

Ponto dez) Proposta de aprovação de Encargos Plurianuais decorrentes do plano de reembolso relativo à Candidatura ALT-07-1203 –FEDER-000084, referente à Eficiência Energética na iluminação pública do Concelho de Viana do Alentejo: -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio e disse que os documentos apresentados esclareciam o ponto que se estava a discutir e referiu que “aquela candidatura quando tinha sido aprovada, tinha ficado com a condição de haver um reembolso a partir de 2022, sendo dois anos de carência seria em 2024 o início do pagamento deste reembolso”. -----



-----Colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

Ponto onze) Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo: -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que disse que “era do conhecimento de quase todos, a questão do acordo de colaboração e na cláusula 7 eram referidas as alterações que determinavam um acréscimo do montante global do financiamento, que deve constar no aditamento”. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do contacto com o IHRU-Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e que, ao fim de algum tempo, tinham sido informados que deveria ser solicitado, com a apresentação de novas programações físicas e financeiras e para as obras de reabilitação, mediante essas alterações da estratégia do Município. Por esses motivos relacionados com essas necessidades e vários procedimentos preparatórios. Os exemplos que estavam em causa eram a contratação externa e do levantamento topográfico do Bairro Pré-Fabricado, a contratação externa para a aquisição dos projetos, a certificação energética dos fogos do Altinho, os registos urbanos das Pré-Fabricadas e, essencialmente, a variação dos valores do mercado de construção. -----

De seguida, verificou-se a intervenção do membro Ricardo Soldado que, em nome da força política VIVA demonstrou a sua preocupação com o “gigantesco atraso” com a Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Alentejo. -----

Neste contexto, referiu que tinham conhecimento que o problema não estava só na candidatura, mas, sobretudo no tempo de execução da obra do Bairro Social de Aguiar, no tempo do concurso, Visto do Tribunal de Contas e a realização da obra propriamente dita. -----

-----Realçou que tudo tinha de estar concluído a 31 de dezembro de 2025, o que significava que faltavam cerca de 22 meses. Tendo em conta que o Senhor Presidente tinha falado numa data, os eleitos do VIVA demonstram, assim, a sua preocupação em relação a este processo. -----

Seguiu-se a intervenção do membro João Antunes, que à semelhança do membro Ricardo Soldado, manifestou a sua apreensão quanto ao assunto em causa e referiu que a Estratégia Local de Habitação tinha sido aprovada pela Câmara Municipal em maio de 2021 e pela Assembleia Municipal em junho de 2021, a qual previa a reabilitação de 26 fogos, propriedade municipal, sendo 4 no Altinho e 22 em Aguiar. Em agosto de 2021, tinha sido assinado o acordo com o IHRU, garantindo cerca de dois milhões de euros. -----

O membro João Antunes fez referência, também, às intervenções de uma das moradoras do bairro social, que também expôs as suas dúvidas e muitas inquietações para quem lá reside. ----

Relembrou que tinha sido realizada uma reunião com os moradores, o Município de Viana do Alentejo e a Empresa Ernest & Young, “Existindo algumas divergências quanto ao caminho a



seguir”, a pergunta que colocava era se, depois daquela reunião, tanto ou quanto conclusiva, se tinha havido mais alguma reunião, no sentido de dar mais informações aos moradores do bairro porque o “tempo não para e havia muito trabalho para fazer”, de forma a manter o financiamento, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. -----

Interveio, de seguida, o membro Nuno Grave e disse que, visto que se estava a votar uma alteração à Estratégia Local de Habitação, sabe-se que é uma reprogramação física e financeira, na qual estava em causa a reabilitação de 4 fogos no Altinho, em Viana do Alentejo e 22 fogos em Aguiar. Nesta perspetiva, o membro Nuno Grave perguntou se, sendo uma reprogramação não haveria a possibilidade de ser mais abrangente, mais fogos reabilitados. -----

O Senhor Presidente esclareceu as dúvidas apresentadas e disse que “tinha de admitir que havia algum atraso, embora se estivesse dentro do prazo”. -----

As conversas e as reuniões com a empresa resultaram e “as coisas têm corrido não com a velocidade que gostariam, mas de forma positiva” - disse. -----

O Senhor Presidente afirmou que “estão prontos para apresentar a candidatura e lançar os projetos, o que é muito bom” – afirmou. -----

Em relação a datas, adiantou que não consegue er uma previsão porque, na questão dos projetos, tiveram receio que o concurso pudesse ficar deserto e, afinal, tinham aparecido cerca de 13 ou 16 empresas de Arquitetura. -----

“O fator decisivo será o lançamento da obra ficar deserta ou não” –disse-----

Referiu que muitas obras têm ficado desertas são aquele cujo montante ascendia a mais de 100 mil euros. Neste sentido, mostrou-se confiante e disse que, em sua opinião, não iria haver problemas com a obra, apesar do atraso. -----

Salientou, ainda, que a grande alteração eram os valores de mercado que estavam totalmente diferentes do que estavam há uns anos. Tendo tido oportunidade de fazer aquela alteração financeira, poder-se-ia “ir buscar mais de 500 mil euros”, mas que não era possível fazer intervenções noutros locais. Disse que já tinha havido interesse de pessoas e até de uma instituição, no sentido de se proceder a intervenções, mas o processo “estava fechado”. Analisando por outra via, mesmo que o processo não estivesse fechado, se se comesçasse, neste momento, não haveria tempo para o acabar- afirmou. -----

- A concluir a sua explicação sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara disse que acreditava que “as casas, neste mandato, iriam abaixo” e seria construído o bairro novo. -----

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Não se registaram quaisquer intervenções neste período. -----

-



O Senhor Presidente da Assembleia, reiterou os agradecimentos aos técnicos e às técnicas do Município que prestaram apoio à sessão e ao Dr. Jorge Pinto pela sua disponibilidade e pelos esclarecimentos prestados. Agradeceu também a presença de todos os membros na referida sessão.

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

-

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão à uma hora do dia 17 de fevereiro de 2024. -----

Aprovada a 29 de abril de 2024

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
